

Capital portador de juros e o manuscrito econômico de Marx de 1864-5

Autor: João Paulo Gonzaga Garcia (CEDEPLAR-UFMG)

Resumo:

O presente artigo trata do tema do capital portador de juros, investigado nas quatro primeiras seções do capítulo 5 do manuscrito econômico de Marx, escrito entre 1864 e 1865 e utilizado como principal base por Engels em sua edição do livro III d'*O capital*. O artigo apresenta o conteúdo teórico dessas quatro seções, desenvolvendo as categorias dos juros, taxa média de juros e ganho empresarial. Além disso, o presente trabalho se propõe a fazer alguns apontamentos mais superficiais em comparação às edições realizadas por Engels na publicação do livro III.

Palavras-chave: *O capital*; Marx-Engels-Gesamtausgabe; capital portador de juros; crédito.

Área temática: 3. HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA.

Introdução

Mais de 150 anos depois da publicação da primeira edição do livro I d' *O capital*, parece impossível ignorar a obra de Marx quando se pretende estudar o capitalismo e sua dinâmica social. Por outro lado, é razoável dizer que o marxismo perdeu força de intervenção na realidade, seja no campo da intervenção política direta, seja no campo da disputa teórica. Ainda assim, a figura de Marx continua sendo evocada em diversos debates políticos e econômicos. Do ponto de vista científico, sua obra instiga questões importantes sobre o funcionamento da economia capitalista, para as quais, muitas vezes, ainda não há respostas definitivas estabelecidas pela teoria econômica. Exemplo disso são as crises econômicas, seu caráter cíclico/estrutural e sua relação com a dinâmica da taxa de lucro. Os avanços da mais recente edição histórico-crítica das obras completas de Marx, a nova Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA2)¹, estabelecem possibilidades de pesquisa sobre essas e outras questões.

O acesso aos manuscritos originais e materiais de estudo de Marx permite um nível muito mais profundo de investigação sobre sua produção intelectual. Mesmo temas amplamente discutidos no passado podem suscitar novos debates e polêmicas, renovando as contribuições do legado teórico de Marx. Os manuscritos originais são particularmente relevantes no que diz respeito ao estudo dos livros II (primeiro esboço publicado no volume II/4.1 da MEGA2, em 1988, e o segundo esboço publicado no volume II/11, em 2008) e III (único esboço publicado no volume II/4.2 da MEGA2, em 1992), tendo em vista que nenhum deles foi finalizado em vida por Marx. Com sua morte em 1883, caiu sobre Engels a tarefa de dar um fim aos frutos de sua longa pesquisa. A única orientação que recebeu de Marx foi a de “fazer algo” com os manuscritos, ordem verbal repassada pela filha do amigo, Eleanor Marx.

De posse dos manuscritos, Engels abriu mão de vários de seus projetos pessoais para se dedicar à publicação de uma continuação de *O capital*. Até então, não tinha conhecimento do ponto em que se encontrava a pesquisa de Marx (principalmente daquilo que foi produzido a partir de 1870). Em uma carta enviada a August Bebel em 30 de agosto de 1883, Engels revela que Marx havia escondido seu progresso, supostamente a fim de evitar a pressão para que finalizasse e publicasse a obra (MARX; ENGELS, 2020, p. 368). Até o início de 1884, Engels já tinha examinado esses materiais, dando início à continuação da obra. Logo concluiu que seria necessário dividi-la em dois livros. Engels se dedicou intensamente à tarefa e já em 1885 publicou a primeira edição do livro II. Só em 1894 conseguiu publicar o livro III, cuja edição foi consideravelmente mais desafiadora. Para o livro II, haviam dois esboços, um de 1865 e outro de 1868-9, além de diversos manuscritos de capítulos isolados e outros lineamentos elaborados entre 1877 e 1881. Já para o livro III, Engels teve como base apenas um único esboço de 1864-5, alguns lineamentos de 1867-8 e elaborações isoladas de 1873-5 e 1876, além de notas de 1878 ou depois (ROTH, 2015, p. 208).

Em sua edição do terceiro livro, Engels fez diversas alterações no texto do manuscrito de 1864-5. Dentre elas, modificações na organização do texto: adicionou subdivisões, alterou títulos, reordenou trechos e acrescentou passagens de notas de rodapé ao texto principal. O manuscrito está organizado em sete capítulos, que passaram a ser sete seções na edição de Engels (seguindo o padrão que Marx utilizou depois no livro I). Os títulos dos capítulos foram levemente alterados por Engels, sem afetar seus significados. Os sete capítulos possuíam, cada um, poucas ou nenhuma (apenas no caso do capítulo 3) subdivisões, completando 34

¹ A primeira tentativa da edição das obras completas foi liderada por David Riazanov, nas décadas de 1920 e 1930. A segunda tentativa começou na década de 1970 e ainda está em andamento. Para mais detalhes, ver Cerqueira (2015).

títulos no total. Engels adicionou novas subdivisões às sete seções correspondentes de sua edição, totalizando 94 títulos.

Os manuscritos econômicos de 1864-5 foram publicados em 1992, no volume II/4.21 da MEGA2 (em 2016, os manuscritos foram traduzidos para o inglês, em uma edição organizada por Fred Moseley). Portanto, por volta de cem anos, o acesso ao conteúdo desses manuscritos esteve restrito à edição do livro III publicada por Engels. Até os anos 90, a abordagem dominante entre os marxistas era a de que o material deixado por Marx fazia parte de um plano muito bem estabelecido, cujo projeto lógico poderia ser seguido por Engels e por quem mais se dedicasse a dar continuidade ao trabalho de Marx (DE DEUS et al., 2016, p. 469). Hoje, com o acesso aos manuscritos originais, entre outros materiais de trabalho utilizados por Marx em sua pesquisa, o debate sobre o nível de interferência de Engels, assim como sobre o estágio do trabalho de Marx, ganham centralidade entre os estudiosos de sua obra (KRATKE, 2015; ROTH, 2015; MOSELEY, 2016; HEINRICH, 2017). Além disso, como mencionamos acima, a publicação dos cadernos utilizados por Marx em seus estudos sobre as crises de 1857 (volume IV/14 da MEGA2, publicado em 2017) e de 1866 (volume IV/19 da MEGA2, publicado em 2021) pode fornecer algumas pistas sobre temas como a taxa de juros, o crédito e sistema monetário, presentes na polêmica Seção V do livro III.

A Seção V do terceiro livro corresponde ao quinto capítulo do manuscrito econômico de 1864-5. Este foi o capítulo do manuscrito que deu mais trabalho para Engels, como ele próprio relata em seu prefácio (MARX, 2017[1894], p. 34). Este artigo é resultado da primeira parte da minha dissertação de mestrado, que está em andamento e deve ser concluída no segundo semestre de 2024. Dessa forma, tem como objetivo apresentar um panorama teórico do capítulo 5 do manuscrito original de Marx, indicando as principais alterações realizadas por Engels e apontando enfim para possibilidades a serem desenvolvidas na dissertação. As quatro primeiras seções do capítulo são aquelas que melhor desenvolvem o tema do capítulo e do manuscrito de forma geral (MOSELEY, 2016, p. 24), e por isso seu conteúdo será priorizado no artigo. O restante do capítulo é relevante para a dissertação, mas não é possível tratar de todo o capítulo de forma satisfatória no presente artigo. Para isso, o texto está dividido em duas partes, para além desta introdução e dos apontamentos finais: uma primeira parte para o desenvolvimento dos principais temas do capítulo e uma segunda parte para discutir as alterações feitas por Engels, em diálogo com trabalhos anteriores que avaliaram a edição de Engels.

O tema do capital portador de juros no manuscrito econômico de 1864-5

Antes de dar início à análise do capítulo 5, é interessante apresentar uma visão geral do manuscrito, aproveitando assim para tratar de algumas categorias que são desenvolvidas em outros capítulos, mas que estão muito presentes no texto do capítulo 5. Como Moseley (2016, p. 4-6) afirma, o tema central do manuscrito são as formas particulares de capital (capital industrial, capital comercial, capital portador de juros) e de mais-valor (lucro, lucro médio, lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária) que aparecem na produção e na distribuição do mais-valor social total realizado no processo de reprodução capitalista.

No capítulo 2, Marx trata da transformação do lucro em lucro médio, que resulta do processo de equalização das taxas de lucro. Marx mostra como os capitalistas não se apropriam diretamente do mais-valor produzido pela força de trabalho empregada pelo seu capital individual, já que o valor não é uma coisa física que se possa extrair das mercadorias tal como se extrai minério da terra. Dessa forma, precisam vender as mercadorias resultantes do

processo de produção para realizarem esse mais-valor. Ao precificarem suas mercadorias e as lançarem no mercado, lutam por uma parcela do mais-valor social. A competição entre os capitais particulares estabelece as condições para que capitais de mesma grandeza se apropriem de uma mesma parcela do mais-valor social, ou seja, estabelece uma taxa geral de lucro que equaliza os lucros particulares, de forma que a parcela de mais-valor apropriada seja proporcional à magnitude do capital.

O preço de produção é o preço que garante que o lucro obtido na venda das mercadorias corresponda ao estabelecido pela taxa geral de lucro. Embora os preços de produção sejam regulados pelos valores das mercadorias, não podem ser idênticos a estes valores. No processo de formação dos valores, as mercadorias produzidas por capitais de menor composição orgânica carregam uma proporção maior de mais-valor, de forma que, caso os preços fossem idênticos aos valores, esses capitais seriam capazes de realizar um lucro acima do estabelecido pela taxa geral de lucro. Por fim, os preços que observamos efetivamente no mercado flutuam em torno dos preços de produção, respondendo às variações na oferta e na demanda.

No capítulo 4 do manuscrito, Marx apresenta a categoria do lucro comercial, incluindo-a em sua construção dos preços de produção e na equalização das taxas de lucro. A autonomização das funções relativas à circulação de mercadorias resulta na formação de uma classe de capitalistas comerciais, que atuam especificamente com essas funções. Esses capitalistas compram as mercadorias dos capitalistas e as revendem no mercado, obtendo lucro da diferença de preços entre o momento da compra e o momento da revenda. Com essa divisão de papéis no interior do processo de reprodução, os capitalistas industriais são levados a dividir parte do lucro com os capitalistas comerciais. Dessa forma, o capital comercial participa da formação da taxa geral de lucro tanto quanto o capital industrial.

O tema do capital portador de juros (assim como do crédito) é tangenciado no capítulo 4, no qual Marx trata do capital de comércio de dinheiro (quarta seção do capítulo 4). Mas é apenas no capítulo 5, “A Divisão do Lucro entre Juros e Lucro Empresarial. (Lucro Industrial ou Comercial). Capital portador de juros”, que o tema é explorado de forma bem detalhada. Marx organizou esse capítulo, o maior de todo o manuscrito, em seis seções. As quatro primeiras seções do capítulo 5 tratam do capital portador de juros, da taxa de juros e da divisão do lucro bruto entre juros e lucro (correspondem aos capítulos 21 a 25 na edição de Engels). No prefácio do livro III, Engels afirma que essa parte inicial do capítulo 5 do manuscrito estava, “em sua maior parte, elaborada” (MARX, 2017[1894], p. 34). Ainda assim, deve-se notar que o texto não estava devidamente acabado, o que fica evidente nas notas e observações sobre o escopo da investigação e sobre a ordem da exposição, que Marx deixa entre chaves ou parênteses ao longo do texto (MARX, 2016[1864-5], p. 461, 464, 467, 472). Essas quatro seções constituem a parte do capítulo que aborda de forma mais direta e coesa os temas propostos no título do capítulo. Além disso, estão melhor conectadas ao tema central do manuscrito.

A primeira seção do capítulo 5 tem o título de “Capital portador de juros” e aborda dois tópicos principais (ibid., p. 455): o capital portador de juros e seu movimento como capital emprestado pelo proprietário ao capitalista produtivo e os juros como parcela do lucro. O movimento completo do capital portador de juros pode ser descrito da seguinte forma: D-D-M-D'-D'. O dinheiro é despendido duas vezes como capital, uma primeira vez pelo prestamista, que o empresta com o objetivo de obter juros, e uma segunda vez pelo prestatário, que o investe na compra de mercadorias, com o objetivo de obter lucro. Não importa se o prestatário atua como capitalista industrial (compra com objetivo de produzir) ou

como capitalista comercial (compra com o objetivo de revender). De uma forma ou de outra, o capitalista ativo procura valorizar o empréstimo adquirido. Analogamente, ao final do movimento temos um duplo refluxo do capital valorizado, primeiramente para o prestatário, na forma de lucro (comercial ou industrial), e então para o prestamista, na forma de juros.

Se considerarmos o movimento do capital comercial D-M-D', o capital mobilizado assume formas de aparência distintas, mas permanece capital para o capitalista em atividade, seja como capital monetário (dinheiro) ou como capital mercadoria (mercadoria). Por outro lado, se analisarmos cada nexos do movimento de maneira isolada, o dinheiro atua somente como dinheiro (equivalente geral), desempenhando funções do dinheiro (meio de circulação, meio de pagamento); assim como a mercadoria atua somente como mercadoria (valor de uso e valor de troca), funcionando como meio de se obter dinheiro, mas nunca como valor que se valoriza. Em outras palavras, em cada ato de compra ou venda, dinheiro e mercadoria não se opõem como capital, mas sim como dinheiro e mercadoria.

Já no caso do capital portador de juros, o que acontece é que no primeiro momento em que o dinheiro troca de mãos, por efeito de um empréstimo, ele não é trocado por uma mercadoria e tampouco desempenha uma função nos processos de produção ou circulação, seja atuando como mercadoria ou como dinheiro mesmo. O capital é cedido pelo prestamista, sem passar por uma mudança de forma (M-D ou D-M), como um valor que potencialmente se valoriza. Assim, o próprio capital se torna uma coisa intercambiável, “uma mercadoria de tipo especial” (ibid., 2016, p. 445). Não há nenhuma diferença para o que se desenvolveu até aqui se o capital é emprestado na forma de dinheiro ou de mercadoria (casas, navios, máquinas, etc); de qualquer maneira representa sempre um certo valor monetário capaz de se valorizar:

No segundo momento em que o dinheiro troca de mãos, o prestatário retorna ao prestamista o valor inicial do empréstimo acrescido de juros. Os juros são aquilo que o prestatário paga pela mercadoria capital, assim como o preço é aquilo que um comprador paga por uma mercadoria qualquer. Os juros aparecem aqui como uma forma irracional de preço do capital, que contradiz o conceito de preço da mercadoria (ibid., p. 458). O preço é uma forma de expressão do valor da mercadoria, cuja formação passa pelo processo de produção, pela equalização do lucro e, por fim, pelas flutuações da oferta e da demanda. No entanto, os juros não equivalem ao valor emprestado e tampouco expressam uma relação econômica no interior do movimento do capital.

Os juros expressam uma relação jurídica entre prestamista e prestatário, que se concretiza no empréstimo e no reembolso de valor. O acordo legal entre as duas partes estabelece apenas que o prestamista, num primeiro momento, deve ceder determinado valor (na forma de dinheiro ou de mercadoria) e que depois de certo prazo o prestatário deverá retornar a totalidade desse valor acrescida dos juros correspondentes a uma taxa pré-determinada sobre o valor inicial do empréstimo. O uso que o prestatário vai dar ao empréstimo não está previsto pelo contrato. Não importa se o empréstimo adquirido vai funcionar como capital ou se vai gerar um lucro maior ou menor do que o correspondente à taxa geral de lucro; de qualquer maneira, ao fim do prazo o prestatário deverá arcar com suas obrigações junto ao prestamista.

A especificidade do capital portador de juros está no empréstimo de uma mercadoria que pode funcionar como capital. Nos interessa, assim, analisar o caso principal no qual o valor emprestado é de fato empregado como capital. Se o prestatário atua como capitalista ativo, ele investe o capital monetário adquirido a fim de obter lucro. Ao longo do processo de reprodução, o capital monetário assume as formas de capital constante, capital variável e capital-mercadoria, conservando seu valor em cada momento da reprodução. A força de trabalho explorada no processo produtivo não só transfere o valor do capital constante para o

produto final, como cria um novo valor na forma de mais-produto, que se realiza como mais-valor na circulação. No momento do reembolso, o prestatário devolve ao prestamista o valor inicialmente emprestado, que foi conservado em cada fase da reprodução, mais o valor dos juros estipulado pelo contrato. Portanto, este valor adicional que é reembolsado na forma de juros, só pode representar uma parcela do mais-valor gerado pela exploração da força de trabalho.

A proporção dos juros em relação ao valor emprestado de início é determinada pela taxa de juros. A análise da determinação da taxa de juros faz a ponte entre a primeira e a segunda seção do capítulo 5, “Divisão do lucro. Taxa de Juros. A taxa natural de juros”. Marx começa esta seção com algumas importantes observações sobre o escopo de sua exposição, afirmando que não seria possível tratar do tema do crédito em detalhes e que o foco de sua análise está no capital portador de juros e para a autonomização dos juros em relação ao lucro:

(The subject of this section {like all we shall have to say about credit later} can by no means be treated in detail here. It is clear, however, 1, that competition between lenders and borrowers, and the resulting short-term oscillations in the money market, fall outside the scope of our discussion, 2, that to examine the circuit the rate of interest describes during the industrial cycle requires a prior examination of that cycle itself, which equally cannot be dealt with here, and 3, that the same applies to the greater or lesser equalisation of interest on the world market. All we are concerned to develop here is, on the one hand, the form of interest-bearing capital and on the other hand the way interest acquires autonomy vis-à-vis profit.) (MARX, 2016[1864-5], p. 461)

Engels manteve essa passagem no início de seu capítulo 22, retirando os parênteses, as chaves e reformatando o texto, sem alterar seu sentido (MARX, 2017, p. 405). Moseley (2016, p. 31-32) aponta como Marx acaba dedicando muitas páginas da quinta seção do capítulo para tratar de flutuações de curto prazo no mercado monetário, o que de certa forma contraria as afirmações presentes no parágrafo citado. Algumas páginas à frente, já no meio da segunda seção, Marx reforça a observação de que um estudo aprofundado das forças determinantes da taxa de juros não está no escopo da exposição, acrescentado o elemento do costume e da tradição legal ao lado da concorrência:

Custom, legal tradition, etc., are just as much involved in the determination of the average rate of interest as is competition itself (in so far as this average rate exists not only as an average number but as an actual magnitude). > The discussion of these matters therefore belongs in the section on competition. < (An average rate of interest must be assumed in many legal disputes, where interest has to be reckoned and adopted as legal.) (ibid., 2016, p. 467)².

Interessante notar que Marx menciona uma “seção sobre competição”, mas não está claro se ele se refere a outra seção do capítulo 5 ou a outro livro que estaria em seus planos, etc. Essas interrupções do texto com notas sobre o escopo da investigação, assim como as passagens que contradizem tais notas, são indicadores do estágio de desenvolvimento do texto. Algumas páginas atrás, ainda no início da seção, Marx adiciona uma outra nota, desta vez sobre a ordem da exposição:

NB. (The course of this section suggests that it is better, before the laws governing the distribution of profit are investigated, to develop first of all the way in which the quantitative division becomes a qualitative one. Nothing more is needed to make the

² A nota do tradutor da edição organizada por Moseley (MARX, 2016[1864-5], p. XI) esclarece que todos os trechos que estão entre os sinais “>” e “<” são de passagens que ou foram excluídas ou muito alteradas por Engels. No caso da passagem citada, Engels retirou o trecho que afirma que a discussão sobre a determinação da taxa de juros e sua relação com o costume legal e a concorrência são assuntos para “a seção sobre competição”.

transition from the previous section to this one > – since the average rate of profit and the average profit have been given by what was developed earlier – < than to equate interest to a portion of this profit that has not been determined more closely.) (ibid., p. 464).

Esse tema da divisão quantitativa que se converte em uma divisão qualitativa é tratado na próxima seção do capítulo do manuscrito, onde Marx demonstra como as duas partes do lucro bruto que se dividem entre prestamista e prestatário devem assumir a forma de juros e ganho empresarial. Engels manteve a ordem original das seções em sua edição do livro III, realocando o trecho citado para uma nota de rodapé (MARX, 2017, nota de rodapé 62).

Como Heinrich (2017, p. 34) chama a atenção, o processo de redação é parte fundamental da atividade científica de Marx. Neste sentido, essa nota evidencia uma questão central em seu processo de investigação, que é a busca por uma ordem criteriosa de encadeamento das categorias. Essa observação sobre a ordem da exposição indica que a transição da primeira seção do capítulo para as seções seguintes não exige o desenvolvimento dos elementos que determinam a distribuição do lucro (a taxa de juros, sua relação com a taxa de lucro, a concorrência entre prestamista e prestatário, os costumes legais, etc). Parece razoável afirmar que a discussão presente na terceira seção se encontra em um maior nível de abstração, de tal forma que a simples divisão do lucro em duas parcelas (apresentada na primeira seção do capítulo) bastaria para fazer a ligação com o tema tratado na terceira seção, sem precisar abordar antes as determinações mais concretas dessa divisão (tema da segunda seção).

Marx procede então analisando a relação entre os juros e o lucro. Como é demonstrado na primeira seção do capítulo 5, a fonte dos juros é o mais-valor, isto é, os juros são uma parcela do lucro. O lucro é o todo que será repartido entre prestamista e prestatário. As circunstâncias que determinam a magnitude desse todo são distintas daquelas que determinam sua divisão. Sendo assim, o limite máximo para os juros é o lucro total realizado no processo de valorização do capital. Como o lucro total (lucro bruto) é dado pela taxa média de lucro, podemos dizer que esta taxa regula os juros. Ilustrando numericamente, se a taxa de juros for de 5% e a taxa média de lucro de 20%, os juros equivalem a um quarto do lucro bruto. Neste sentido, um empréstimo no valor de 200 mil reais pode realizar um lucro bruto no valor de 40 mil reais (20% de 200 mil), dos quais os juros representam a parcela de 10 mil reais (5% de 200 mil).

Embora os juros cobrados sejam determinados como uma taxa sobre o valor do empréstimo, eles expressam uma parcela do lucro bruto e, assim, a proporção entre a taxa de juros e taxa média de lucro. Em outras palavras, da perspectiva particular de cada acordo entre prestamista e prestatário, os juros parecem ser mero preço pago pelo “aluguel” do dinheiro, isto é, o resultado da taxa de juros aplicada sobre o valor do empréstimo; por outro lado, do ponto de vista da reprodução do capital como um todo, os juros se revelam como uma parte do lucro bruto. Portanto, expressam a concorrência entre o capitalista que empresta e o capitalista que toma emprestado.

Como o lucro é determinado pela taxa geral de lucro, pode-se dizer que os juros são regulados por essa taxa. Por exemplo, se a taxa geral de lucro aumenta, o capitalista ativo tende a estar disposto a pagar uma quantidade maior de juros ao capitalista monetário (MARX, 2016[1864-5], p. 463). Neste sentido, mantendo-se outras variáveis fora de análise, a taxa de juros expressa a parcela do lucro que o prestatário está disposto a pagar ao prestamista. Portanto, a taxa média de juros é determinada no mercado monetário pela dinâmica entre a oferta e a demanda, assim como o preço de mercado de qualquer mercadoria (ibid., p. 460). No caso geral das mercadorias “ordinárias”, os preços de mercado são regulados pelos preços

de produção, e em última instância pelos valores das mercadorias, de forma que a oferta e a demanda determinam apenas a flutuação desses preços. Isso não ocorre com a taxa de juros, cuja “determinação é, por si mesma, fortuita, puramente empírica” (ibid., p. 467, tradução reproduzida de MARX, 2017[1894], p. 411).

O nível da taxa média de juros não deriva de uma lei geral, mas é possível identificar alguns fatores que influenciam seu movimento. Além da concorrência entre prestamistas e prestatários expressa no mercado monetário pela oferta e pela demanda, o costume e tradição legais também atuam sobre o nível da taxa média de juros (MARX, 2016[1864-5], p. 467, 470-471), e expressam a dimensão jurídica do antagonismo entre prestamista e prestatário. A taxa média de juros não é mais que a uma média de longo prazo, que pode ser encontrada a partir das variações do mercado monetário nos grandes ciclos industriais e nos investimentos que pegam empréstimos de longo prazo (ibid., p. 464)³.

Marx afirma que existem três razões para uma tendência à queda da taxa de juros. Engels incluiu apenas as duas primeiras, deslocando o terceiro ponto para a nota de rodapé 69 de sua edição (MARX, 2017[1894], p. 412). Em primeiro lugar, a formação de uma classe de capitalistas que extrai grande parte ou toda sua renda dos juros, que tende a ser maior em países “velhos e ricos” (MARX, 2016[1864-5], p. 465). Dessa forma, cresce a parcela do capital nacional que está sob a propriedade da classe de rentistas, o que aumenta a oferta no mercado monetário. Em segundo lugar, o desenvolvimento do sistema de crédito caminha no sentido de tornar toda a poupança da sociedade em fundos emprestáveis. A grande concentração dessa poupança possibilita que sejam convertidas em capital monetário disponível aos capitalistas industriais e comerciais por intermédio dos banqueiros, o que gera um grande aumento da oferta no mercado monetário, pressionando a taxa de juros para baixo (ibid., p. 465).

Depois de apresentar a segunda razão para uma tendência à queda da taxa de juros, Marx sinaliza que voltará a este ponto mais tarde e então começa uma digressão sobre os fatores de determinação da taxa de juros e a impossibilidade de se estabelecer uma taxa natural de juros. Esse trecho (ibid. p, 466-8) do manuscrito parece estar deslocado da linha argumentativa que vinha sendo trabalhada, de tal forma que Engels transpõe para esse ponto uma passagem anterior (que abordamos dois parágrafos acima) sobre como a taxa média de juros pode ser encontrada a partir das variações do mercado monetário (MARX, 2017[1894], p. 410). Ao fim dessa digressão, Marx menciona como a divisão quantitativa do lucro bruto entre prestamista e prestatário se torna uma divisão qualitativa, tema da próxima seção. Toda essa passagem sobre a tendência de queda da taxa de juros é um bom exemplo de como a exposição do manuscrito original oscila entre estágios mais ou menos acabados.

A conclusão geral de Marx é a de que não existe uma lei que regula a formação da taxa de juros, de forma que não pode haver uma taxa natural de juros. Se a oferta e a demanda das mercadorias “ordinárias” determina um preço de mercado que é regulado pelo valor das mercadorias e que gravita em torno do preço de produção, no caso da taxa de juros o único fator determinante é o movimento do mercado monetário. Analisando os ciclos de expansão e contração industrial, Marx observa que a taxa de juros tende a diminuir em períodos de prosperidade ou de lucro extra e a aumentar em períodos de transição entre prosperidade e depressão, atingindo seu ápice em períodos de crise, “quando, para poder pagar, é preciso pegar dinheiro emprestado, custe o que custar” (MARX, 2016[1864-5], p. 464, tradução reproduzida de MARX, 2017[1894], p. 408). Essa tendência está relacionada ao movimento

³ Marx parece ter confundido “taxa média de juros” e “média da taxa de juros”, o que Engels corrigiu em sua edição (MARX, 2017[1894], p. 410).

da oferta e da demanda no mercado monetário, que em momentos de prosperidade se encontra com abundância de especulação e crédito, e em momentos de depressão se encontra com escassez de dinheiro. Assim, a pressão da demanda por dinheiro deve provocar uma elevação na taxa de juros.

Marx retorna então à relação entre a taxa geral de lucro e a taxa média de juros, analisando as diferenças entre elas:

(...) the rate of interest, conversely, whether it is the average rate or the market rate at the time, appears as something quite different from the general rate of profit, which is a uniform, definite and palpable magnitude. The rate of interest is related to the profit rate in the same way as the market price of a commodity is related to its value (ibid., p. 468). (...) The general rate of profit in fact appears there fore as an empirical fact in the average rate of interest, although the latter is not a pure and reliable expression of the former” (MARX, 2016[1864-5], p. 469)

O que Marx pretende evidenciar é que a taxa média de juros, assim como os preços de mercado, é diretamente apreensível e se apresenta como uma grandeza uniforme e palpável, ao passo que a taxa geral de lucro está apenas pressuposta nas taxas particulares de lucro que se realizam em cada capital particular, não podendo ser encontrada como um índice dado pelo mercado. Assim como o fato de o preço de mercado ser dado pela oferta e pela demanda encobre sua relação com os valores das mercadorias, o contraste entre a taxa média de juros (como índice bem definido e uniforme entre as diferentes esferas da produção) e a taxa geral de lucro (como grandeza que se revela indiretamente, como limite mínimo do lucro que um capital deve realizar em seu processo de reprodução) contribui para que os juros apareçam como categoria autônoma em relação ao lucro.

A terceira seção do capítulo 5, “Juros e ganho empresarial”, analisa o processo pelo qual a divisão quantitativa do lucro bruto entre prestamista e prestatário se converte em uma divisão qualitativa, com a autonomização dessas duas partes em relação ao lucro na forma de juros e de ganho empresarial. O ganho empresarial [Unternehmergewinn] é um termo que remete tanto ao lucro industrial quanto ao lucro comercial. Essa autonomização se realiza na medida em que prestamista e prestatário assumem papéis distintos no processo de reprodução, o primeiro atuando como capitalista monetário (que empresta capital) e o segundo como capitalista ativo (que investe o capital ativamente, seja na indústria, seja no comércio).

Como vimos, Marx começa a desenvolver esse processo ainda na seção anterior:

The same capital appears in a double capacity, as loanable capital in the hands of the lender, and as industrial or commercial capital in the hands of the functioning capitalist. But it functions only once, and produces profit only once. (...) How the two parties who have claims on this profit actually share it between them is as it stands a purely empirical fact, pertaining to the realm of chance, just as the respective shares in the common profit of a business partnership are distributed among its various members. With the division between surplus-value and wages, on which the determination of the profit rate essentially depends, two quite different elements are involved, labour-capacity and capital. It is the functions of two independent variables which set limits to one another, and the quantitative division of the value produced emerges from the qualitative distinction. (...) With interest, there is nothing of the kind. Here, on the contrary, the qualitative distinction proceeds from the purely quantitative division of the same piece of surplus-value, as we shall immediately go on to see (ibid., p. 467-8).

A oposição entre capital e trabalho, elementos qualitativamente distintos que se confrontam no processo produtivo, engendra uma divisão quantitativa do valor produzido na jornada de trabalho entre salário e mais-valor. A divisão do lucro entre capitalista monetário e capitalista

ativo inverte essa relação, isto é, a mera divisão quantitativa do lucro bruto em duas partes cria as condições para que se estabeleça uma divisão qualitativa entre juros e ganho empresarial, na qual se confrontam capitalista monetário e capitalista ativo.

Se o prestatário atua como capitalista industrial, ele despende capital na contratação de força de trabalho e na compra de meios de produção. Ao longo do processo de produção o capital muda apenas de forma, conservando seu valor (aqui ignoramos o capital fixo, cuja transferência de valor se dá parceladamente): 1) em M-D, passa da forma de capital monetário para a forma de capital constante e variável; 2) ao final da produção assume a forma de capital-mercadoria, na qual o valor do capital está conservado e acrescido de um novo valor (na forma de mais-produto); 3) ao final da circulação, o capital reflui para as mãos do capitalista ativo, assim como o mais-valor realizado. Por fim, deve retornar ao capitalista monetário o valor emprestado mais os juros sobre esse valor, se apropriando assim da parte restante do lucro bruto, na forma de ganho empresarial. Se o prestatário atuasse como capitalista comercial, a única diferença seria a de que o capital monetário adquirido não seria investido na produção, mas sim no comércio.

Para o capitalista monetário, os juros aparecem como fruto direto de sua propriedade (o capital), já que não tem que lidar diretamente com o capital em funcionamento; para o capitalista ativo, o ganho empresarial aparece como fruto de seu papel ativo no processo de reprodução, como uma remuneração por seu “serviço”, que deve garantir um lucro bruto que seja ao menos equivalente ao estabelecido pela taxa geral de lucro. Assim, há um processo de autonomização dessas duas partes em relação ao lucro, como se elas derivassem de fontes qualitativamente distintas. Essa associação é mais do que um fenômeno subjetivo das consciências individuais, resultando de uma condição objetiva no interior do processo de reprodução e que está posta para a classe capitalista como um todo (ibid., p. 477).

Isto acontece por três razões. Em primeiro lugar, grande parte dos capitalistas produtivos opera em parte com capital emprestado, em parte com capital próprio, de tal forma que os juros que não são pagos por essa segunda parte aparecem como uma consequência da propriedade do capital. Portanto, o lucro bruto não se apresenta como uma unidade, mas sim como duas partes distintas, isto é, como juros e como ganho empresarial, mesmo que ambas as partes sejam apropriadas pelo mesmo capitalista. Em segundo lugar, o capital portador de juros existe historicamente como uma forma pronta do capital e, conseqüentemente, os juros como forma pronta do mais-valor, muito antes do desenvolvimento do modo de produção capitalista e das concepções de capital e de lucro (ibid., p. 478). Em terceiro lugar, o capitalista produtivo, confronta o capitalista monetário como um tipo especial de capitalista, o capital portador de juros como uma forma autônoma de capital e os juros como forma separada de mais-valor que corresponde a esse tipo de capital (ibid., p. 479). O manuscrito enumera uma quarta razão, mas o texto apresenta uma lacuna nessa parte, indicada por Engels em sua edição.

Com a autonomização dos juros e do ganho empresarial em relação ao lucro, essas categorias aparecem de forma independente à taxa geral de lucro. Conseqüentemente, perde-se o vínculo entre a exploração do trabalho e a valorização do capital. Com isso, a antítese entre capital e trabalho assalariado dá lugar à antítese entre juros e ganho empresarial (ibid., p. 481). O capitalista monetário não confronta o trabalhador, mas sim o capitalista em atividade. É a concorrência entre eles que determina a taxa de juros e, portanto, a parcela do lucro bruto que será apropriada pelo capitalista monetário. Paralelamente, a relação entre o ganho empresarial e a exploração do trabalho assalariado também se perde, uma vez que, como parcela que resta do lucro bruto depois de deduzidos os juros, sua grandeza é determinada pela variação da taxa

de juros, e não pela variação dos salários (que entra na formação da taxa geral de lucro). Além disso, o capitalista ativo tampouco se confronta com o trabalho assalariado; em oposição aos juros como rendimento associado à posse do capital, o ganho empresarial aparece como fruto de sua atuação direta no processo de reprodução do capital. Em outras palavras, sua função como capitalista ativo não o coloca em oposição ao trabalhador assalariado, mas, ao contrário, o coloca ao lado deste, como mais uma “peça” no interior do processo de reprodução do capital (ibid., p. 484). Sua atividade aparece então como um trabalho produtivo e o ganho empresarial como salário por um trabalho complexo. Dessa forma o ganho empresarial é representado como salário de superintendência, que é uma forma apologética de apresentar o mais-valor não como resultado da exploração do trabalho assalariado, mas como remuneração do “trabalho” do capitalista (ibid., p. 483, 491).

O desenvolvimento das relações sociais capitalistas estabelece as condições para que as funções de emprestar dinheiro e de fazer com que o dinheiro funcione como capital se complexifiquem no interior da divisão do trabalho. Com isso, as operações de crédito passam a ser concentradas na figura do banqueiro, que media a relação entre prestamista e prestatário. O desenvolvimento do sistema de crédito se dá no sentido de concentrar a poupança da sociedade (aumentando assim a oferta no mercado monetário) e de facilitar as operações de crédito. Por outro lado, o papel de administrar e investir o capital (seja emprestado ou não) se concentra na figura do administrador de negócios, que desempenha o papel de coordenação centralizada das funções necessárias ao processo de reprodução. Assim, o administrador não possui capital, direta ou indiretamente (por empréstimo), de modo que a relação entre a exploração do trabalho e a figura do capital se torna ainda mais distante e cheia de mediações (ibid., p. 490).

Na parte final da seção, Marx faz algumas observações interessantes sobre fábricas cooperativas. Nas cooperativas se dissolve o caráter antagônico entre o trabalho e a supervisão, uma vez que esta deixa de ser desempenhada por um representante do capital. No modelo cooperativo, a supervisão é desempenhada por um funcionário da fábrica, que é remunerado diretamente pelos trabalhadores da fábrica. Desse modo, o ganho empresarial aparece de forma completamente independente do salário de supervisão, uma vez que a função de supervisão não se confunde com a função de colocar o capital em atividade dentro do processo de reprodução. O mesmo acontece no caso das empresas por ação, nas quais há uma grande divisão do trabalho referente às funções de gerência (ibid., p. 490).

A quarta seção, “A exteriorização da relação capitalista sob a forma do capital portador de juros” (capítulo 24 da Seção IV, na edição de Engels), tem um caráter de fechamento dessa primeira parte do capítulo 5 (quatro primeiras seções), cujo tema principal é o capital portador de juros. Na primeira frase da seção, Marx afirma que “no capital portador de juros, relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista” (ibid., p. 492, nossa tradução). Aqui voltamos ao movimento D-D’, analisado no começo da primeira seção, onde o capital portador de juros é a forma de capital pela qual se oculta as relações que mediam o processo de reprodução do capital.

Marx começa o capítulo destrinchando o movimento do capital portador de juros, que aparece de imediato como D-D’, apagando assim qualquer mediação entre os pólos D e D’. Dessa forma, o dinheiro parece criar mais dinheiro sem precisar passar pelo processo de produção ou sequer pelo processo de circulação. O capital aparece como uma coisa criadora de juros, capaz de aumentar o seu próprio valor “tal como o vinho guardado na adega, que depois de certo tempo também aumenta seu valor de uso” (ibid., p. 494, tradução retirada de MARX, 2017[1894], p. 443). Assim, a relação social expressa pelo movimento capital como valor que

se autovaloriza é representada por uma relação de uma coisa (o capital como mercadoria) consigo mesma (ibid., p. 492-3).

Na primeira seção do capítulo 5, analisando como se dá o empréstimo de dinheiro (que é a forma característica de alienação do capital como mercadoria) no modo de produção capitalista, Marx diz:

The reflexive relationship in which capital presents itself when we view the capitalist production process as a whole and a unity, and in which capital appears as money breeding money, is here simply embodied in it as its character, its capacity, without the intervening mediating movement. And it is in this capacity that it is alienated (ibid., p. 450).

Portanto, já no começo do capítulo o capital portador de juros é apresentado como uma forma de capital na qual seu movimento de autovalorização aparece de forma superficial e imediata. Na quarta seção, depois de acrescentar camadas mais concretas à exposição ao longo das seções anteriores, Marx retoma esse tema. Com a análise dos elementos que determinam a taxa de juros e, assim, a divisão quantitativa do lucro entre prestamista e prestatário (seção 2); e com a conversão dessa divisão quantitativa em uma divisão qualitativa, que resulta na autonomização dessas duas partes (juros e ganho empresarial) em relação ao lucro (seção 3), Marx elabora então uma visão bem acabada do fetiche do capital:

The fetish character of capital and the representation of this capital fetish is now complete. In $M - M'$ we have the irrational form of capital, the misrepresentation and objectification [Versachlichung] of the relations of production, at its highest power: the interest-bearing form, the simple form of capital, in which it is presupposed to its own reproduction process; the ability of money or a commodity to valorise its own value – the capital mystification in its most glaring form (ibid., p. 493).

É interessante notar como na primeira seção, antes de se elaborar a divisão qualitativa entre juros e ganho empresarial, ambas as partes do lucro bruto mantêm uma relação com a exploração do trabalhador, na medida em que ainda não aparecem de formas independentes ao lucro. Tratando da transformação do dinheiro em capital, Marx diz:

(...)through this transformation it is turned from a given, fixed value into a self-valorising value, capable of increasing its own value. It becomes a producer of profit, i.e., it enables the capitalist to extract $>$ from the workers $<$ and to appropriate for himself a certain quantity of unpaid labour, surplus product and surplus-value. (...) Its use-value here consists precisely in the profit that it produces when transformed into capital. In this capacity of potential capital, as a means for the production of profit, it becomes a commodity, but a commodity of a special kind (ibid., p. 444-5).

Aqui os juros aparecem como resultado de uma operação comercial, ou mais precisamente, da relação jurídica que se estabelece no empréstimo de capital. É só depois que os papéis do capitalista monetário e do capitalista ativo se fixam para a classe de capitalistas como um todo que os juros podem assumir sua forma independente do lucro e, assim, aparecerem como consequência da posse de capital como uma coisa que se lança no mercado tal qual uma mercadoria.

Outra distorção característica da forma do capital portador de juros resulta da autonomização dos juros em relação ao lucro, analisada na terceira seção. Se os juros são apenas uma parte da divisão quantitativa do lucro, mantêm-se sua relação com o mais-valor extraído no processo de trabalho e realizado no processo de circulação. Mas se os juros se apresentam como qualitativamente distintos e opostos ao ganho empresarial (lucro industrial e lucro comercial), de forma independente ao lucro bruto, aparecem então como o fruto específico do capital.

Assim, o lucro (ganho empresarial) deixa de estar associado à figura do capital, e o capital, por sua vez, deixa de estar associado ao mais-valor e à exploração do trabalho. Os juros aparecem como rendimento característico do capital por excelência, ao passo que o lucro se torna apenas outro elemento comum ao processo de reprodução do capital (ibid., p. 493).

Na parte final da quarta seção, Marx ironiza diferentes discursos sobre o capital portador de juros. Começando pelo ataque “ingênuo” de Lutero contra a usura (ibid., p. 494-5), que se resume a uma crítica moral ao capitalista ocioso, que lucro em cima do esforço alheio. Em seguida, parte para o pensamento de economistas e políticos que se deslumbraram com a possibilidade de uma progressão geométrica dos juros compostos, a exemplo de Price e Pitt, que vinham aí uma solução simples para o problema do gasto público. Marx encerra demonstrando o erro simplório dessas visões, que não consideram a desvalorização do capital existente e tampouco a tendência à queda da taxa geral de lucro. Esses dois fatores bastariam para colocar um limite ao processo de acumulação como processo automático do capital portador de juros. Da mesma forma, a jornada de trabalho coloca um limite absoluto para a exploração e, assim, para a acumulação do capital. No capital portador de juros, o trabalho pretérito, na forma de dinheiro, aparece como criador de mais-valor, sem que tenha, no entanto, contato com o trabalho vivo necessário para o processo de transferência do valor criado pelo trabalho pretérito e para o processo de valorização do capital (ibid., p. 500).

As interferências de Engels no texto original do manuscrito

Como foi delimitado na *Introdução* do presente artigo, o foco da exposição é o capítulo 5 do manuscrito de Marx. No entanto, faz sentido tratar de algumas questões gerais sobre a edição de Engels que estão presentes na argumentação dos autores que serão citados mais à frente. Começando pelo título da obra, *O processo global da produção capitalista*. O título do manuscrito de Marx é *As Formações do Processo como um Todo* [Die Gestaltungen des Gesamtprozesses]. Heinrich (2017, p. 34) destaca que a escolha de título feita por Engels, *O processo global da produção capitalista*, se deu por uma tentativa de criar um sentido de sequência entre os títulos dos livros I (*O processo de produção do capital*), II (*O processo de circulação do capital*) e III. Para ele, a imprecisão de Engels está na escolha da palavra “produção”, onde a palavra “reprodução” seria mais precisa. Moseley (2016, p. 4-6) defende que um título mais adequado seria *As Formas de Aparência do Capital e do Mais-valor*, avaliando que a escolha de Engels reflete um mal entendimento sobre o tema central do manuscrito: as formas particulares de capital (capital industrial, capital comercial, capital portador de juros) e de mais-valor (lucro, lucro médio, lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária) que aparecem na produção e distribuição do mais-valor social total realizado no processo de reprodução capitalista.

Heinrich (2017, p. 34) argumenta que as alterações na estrutura do manuscrito mascaram o caráter de rascunho do texto, além de dificultarem a demarcação dos momentos em que a exposição de Marx transita entre pontos bem consolidados e ainda exploratórios de sua pesquisa. De fato, essas modificações criam a impressão de um texto bem acabado e contínuo, assim como criam artificialmente um sentido de sequência entre os livros I (vale lembrar que este foi escrito e publicado depois dos manuscritos de 1864-5 serem redigidos), II e III.

As quatro primeiras seções do capítulo 5 correspondem aos capítulos 21 a 25 na edição de Engels e passaram por poucas alterações formais, como notas de rodapé que foram integradas ao corpo principal do texto (e vice-versa), parágrafos longos que foram divididos e frases finais que foram deslocadas para o início do parágrafo seguinte. Ainda assim, vale notar que

algumas interferências de Engels mascaram a transição de trechos bem elaborados e trechos mais confusos do texto de Marx, a exemplo de uma passagem da segunda seção do capítulo 5 na qual Marx descreve os motivos para haver uma tendência à queda da taxa de juros (MARX, 2016[1864-5], p. 465-8).

A quinta seção (“Crédito. Capital Fictício”) do capítulo 5 foi a que trouxe os maiores desafios para Engels, e corresponde aos capítulos 25 a 36 de sua edição. Essa parte do manuscrito se apresenta de forma bastante inacabada em comparação às seções anteriores, o que já fica evidente ao se observar a estrutura do texto. A seção é composta por oito itens, dos quais apenas dois foram nomeados. Os dois primeiros itens do manuscrito receberam títulos dos editores da MEGA; o terceiro, o quarto e o quinto itens foram marcados com numerais romanos I, II e III; o sexto item é chamado “A Confusão” (título se repete); o sétimo item é a continuação do quinto item (“III”); e o oitavo item é a continuação de “A Confusão”.

Os cinco primeiros itens da seção correspondem aos capítulos 25 ao 29 da edição de Engels, e não exigiram grandes edições. Em seu prefácio ao livro III, Engels diz que os capítulos 25 e 26 exigiram “um cotejo das citações documentais e a inclusão de material que se encontrava em outros lugares” (MARX, 2017[1894], p. 34). Os capítulos 27 e 29 foram reproduzidos de forma quase idêntica ao manuscrito, ao passo que o capítulo 28 teve de ser reestruturado com algumas transposições textuais. Os capítulos 30 a 35 da edição de Engels foram os mais trabalhosos. Os capítulos 31 e 32 tratam principalmente da dificuldade dos economistas em diferenciar capital que circula no mercado monetário e capital que é investido na esfera produtiva. Os capítulos 33 a 35 correspondem aos sexto e oitavo itens da quinta seção do manuscrito e passaram por edições consideráveis. Esta parte final da seção, chamada ironicamente por Marx de “A Confusão”, reproduz uma série de extratos parlamentares sobre as crises de 1848 e 1857, contendo opiniões de banqueiros e economistas sobre temas como escoamento de ouro e especulação.

Heinrich (2017, p. 38) argumenta que a estruturação da Seção V em tantos capítulos dá a impressão de que o texto de Marx se encontrava em um estágio mais avançado do que de fato alcançou. Mais do que isso, dá a impressão de que as quatro primeiras seções sobre o capital portador de juros seriam apenas uma introdução para uma discussão mais ampla sobre o crédito. Neste sentido, a edição de Engels incentiva a interpretação de que Marx apresentava ali algo como uma teoria geral do crédito.

O primeiro parágrafo da quinta seção apresenta observações sobre o escopo da investigação, de forma similar ao que vimos na segunda seção do capítulo 5 do manuscrito:

It lies outside the scope of our plan to give an analysis of the credit system and the instruments this creates for itself, such as credit money, etc. Only a few points will be emphasised here, points which are necessary for the characterisation of the capitalist mode of production in general. In this connection we shall simply be dealing with commercial credit. The connection between commercial credit's development and the development of state credit remains outside our consideration (MARX, 2016[1864-5], p. 500).

Engels manteve esse parágrafo no início do capítulo 25 de sua edição, mas acrescentou a palavra “detalhada” antes de “análise do sistema de crédito (MARX, 2017, p. 451). Heinrich (2017[1894], p. 38-9) argumenta que esta decisão relativiza a afirmação de que a análise do sistema de crédito e de seus instrumentos está fora do seu plano de exposição. Moseley (2016, p. 28) aponta que a frase seguinte do parágrafo de Marx pode ser interpretada como uma relativização, ao colocar que os pontos necessários a uma caracterização do modo de

produção capitalista em geral serão enfatizados. No começo da quinta seção, Marx trata das letras de câmbio, o que corrobora com a posição de Moseley.

Para Moseley (2016, p. 26-32), boa parte da quinta seção não pertence ao capítulo 5, no sentido de que está deslocada no contexto do tema do capítulo (o capital portador de juros e a divisão do lucro entre juros e ganho empresarial), assim como no contexto do tema geral do manuscrito. Neste sentido, a quinta seção poderia ser dividida em passagens que enfatizam pontos do sistema de crédito necessários para a caracterização do modo de produção capitalista em geral (como colocado pela citação de Marx acima) e em passagens dedicadas a aspectos mais concretos do sistema do crédito. Estas últimas estão provavelmente ligadas ao interesse de Marx nas crises econômicas de 1847 e 1857, assim como no discurso dominante entre economistas e políticos sobre as crises e outros aspectos da economia capitalista.

Por último, a sexta seção do capítulo do manuscrito, “Relações pré-capitalistas”, corresponde ao capítulo 36 da Seção V da edição de Engels. Como vimos na terceira seção, o capital portador de juros foi uma forma de capital que antecedeu o pleno desenvolvimento das relações sociais capitalistas, e por isso se fixou como a representação do capital por excelência (MARX, 2-16[1864-5], p. 478). Na sexta seção, Marx vai abordar de forma mais detalhada esse tema.

Apontamentos finais

Como o próprio Engels relata no prefácio de sua edição, o manuscrito de 1864-5 deixado por Marx apresentava uma série de lacunas e passagens inacabadas. Engels procurou ao máximo manter as palavras de Marx, preservando em boa medida esse caráter inacabado. Em suas alterações, buscou sempre tomar decisões baseadas nos manuscritos e cartas deixadas por Marx. As intervenções de Engels foram principalmente aquelas mais necessárias para dar coerência e fluidez ao texto, padronizando conceitos, reordenando o texto, suprimindo e incluindo passagens, adicionando notas de rodapé, criando títulos, etc (ROTH, 2015, p. 210-211). Ou seja, tinham como finalidade apresentar o texto de “forma que faça ressaltar toda sua argumentação, com toda a clareza e como muito relevo” (carta de Engels a Nikolaj Daniel’son de 4 de julho de 1889 in MARX; ENGELS, 2020, p. 407). Reconhecendo a dificuldade da tarefa de editar os manuscritos de Marx, é preciso apontar também as limitações do trabalho de Engels. Como Heinrich (2017, p. 33) aponta, Engels procurou realizar objetivos inconciliáveis: manter a fidelidade e o caráter inacabado do texto, e torná-lo acessível e com uma visível linha de argumentação. Por outro lado, não podemos deixar de levar em conta que a responsabilidade sobre o impacto teórico das obras editadas por Engels não deve recair única e exclusivamente sobre seu editor, mas também sobre os estudiosos da obra. Os próximos passos da pesquisa são estudar os cadernos publicados no volume IV/19 da MEGA2, relacionando-os com o restante do capítulo 5 do manuscrito, principalmente com a seção 5 do capítulo.

Referências

CERQUEIRA, Hugo. Breve história da edição crítica das obras de Karl Marx. *Revista de Economia Política*, vol. 35, no 4 (141), p. 825-844, 2015.

DE DEUS, L. et. al. "A Theory in the Making: Marx's Drafts of Capital and the Notebooks on the Crisis of 1866." *Science & Society* 80, no. 4, p. 468-480, 2016.

HEINRICH, Michael. A edição de Engels do Livro 3 de O capital e o manuscrito original de Marx. *Crítica Marxista* 43, p. 29-43, 2016.

MOSELEY, Fred. Introduction. MARX, Karl. *___Economic Manuscript of 1864-1865*. Leiden: Brill, 2016. p. 1-44.

MARX, K. *O Capital, Livro III*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. *Marx's Economic Manuscript of 1864–1865*. Edição organizada por Fred Moseley. Leiden: Brill, 2016[1864-5].

MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre o Capital*. Tradução de Leila Escorsim, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ROTH, Regina. A publicação dos livros II e III d'O capital por Engels. *Verinotio–Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* 20, p. 207-215, 2015.